



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXVII PALMAS, SEGUNDA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2017. Nº 2526



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Mauro Carlesse (PHS)

1º Vice-Presidente: Dep. Luana Ribeiro (PDT)

2º Vice-Presidente: Dep. Toinho Andrade (PSD)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (PSC)

2º Secretário: Dep. Nilton Franco (PMDB)

3º Secretário: Dep. Cleiton Cardoso (PSL)

4º Secretário: Dep. Zé Roberto (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Ricardo Ayres - Vice-Presidente
Dep. Olyntho Neto - Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Amália Santana
Dep. Rocha Miranda
Dep. Eli Borges
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio - Presidente
Dep. Paulo Mourão
Dep. Eduardo do Dertins - Vice-Presidente
Dep. Elenil da Penha
Dep. Junior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda - Presidente
Dep. Júnior Evangelista - Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto - Vice-Presidente
Dep. Eli Borges - Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Eli Borges - Vice-Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Osires Damaso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reuniões às quintas-feiras, às 17 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Osires Damaso
Dep. Wanderlei Barbosa

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Zé Roberto
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Vice-Presidente
Dep. Valdez C. Branco - Presidente
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 17 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Presidente
Dep. Paulo Mourão - Vice-Presidente
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Júnior Evangelista

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto
Dep. Vilmar de Oliveira

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto
Dep. Rocha Miranda
Dep. Junior Evangelista
Dep. Wanderlei Barbosa

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Osires Damaso
Dep. Amélio Cayres
Dep. Cleiton Cardoso - Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão - Presidente
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda - Vice-Presidente
Dep. Júnior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Olyntho Neto

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

DECRETO LEGISLATIVO Nº 165/2017

Disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência Medidas Provisórias 02, 05, 08, 12, 16, 20, 24, 28, 32, 37, 42, 47, 50 todas de 2016, e 04, 11, 17, 26, 35 todas de 2017, que “Prorroga o prazo de isenção do ICMS para a operação de que trata a alínea “f”, do inciso I, do art. 2º da Lei 1.303, de 20 de março de 2002, e adota outras providências”, conforme disposto no art. 200 da Resolução n. 201, de 18 de setembro de 1997.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Consideram-se válidos e perfeitos, para todos os efeitos legais, as relações jurídicas e os atos administrativos efetivados durante a vigência das Medidas Provisórias abaixo especificadas, que “Prorroga o prazo de isenção do ICMS para a operação de que trata a alínea “f”, do inciso I, do art. 2º da Lei 1.303, de 20 de março de 2002, e adota outras providências”, mantidos os efeitos delas decorrentes até o dia 30 de setembro de 2017:

- I – 02, de 20 de janeiro de 2016;
- II – 05, de 18 de fevereiro de 2016;
- III – 08, de 18 de março de 2016;
- IV – 12, de 14 de abril de 2016;
- V – 16, de 12 de maio de 2016;
- VI – 20, de 09 de junho de 2016;
- VII – 24, de 08 de julho de 2016;
- VIII – 28, de 12 de agosto de 2016;
- IX – 32, de 02 de setembro de 2016;
- X – 37, de 30 de setembro de 2016;
- XI – 42, de 27 de outubro de 2016;
- XII – 47, de 24 de novembro de 2016;
- XIII – 50, de 23 de dezembro de 2016;
- XIV – 04, de 20 de janeiro de 2017;
- XV – 11, de 17 de fevereiro de 2017;
- XVI – 17, de 17 de março de 2017;
- XVII – 26, de 12 de abril de 2017;
- XVIII – 35, de 11 de maio de 2017.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Deputado João D’Abreu, em Palmas, aos 31 dias do mês de outubro de 2017, 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

Deputado MAURO CARLESSE

Presidente

Deputado **CLEITON CARDOSO** Deputado **NILTON FRANCO**
1º Secretário Substituto 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 166/2017

Disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 24, de 10 de abril de 2017, que

“altera os arts. 1º e 6º da Lei 2.327, de 30 de março de 2010, que institui a Produtividade por Desempenho de Atividade Administrativo-Fazendária – PDAAF aos servidores administrativos lotados na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins”, conforme disposto no art. 200 da Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Consideram-se válidos e perfeitos, para todos os efeitos legais, as relações jurídicas e os atos administrativos efetivados durante a vigência da Medida Provisória nº 24, de 10 de abril de 2017 que “Altera os arts. 1º e 6º da Lei 2.327, de 30 de março de 2010, que institui a Produtividade por Desempenho de Atividade Administrativo-Fazendária – PDAAF aos servidores administrativos lotados na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins”, mantidos os efeitos dela decorrentes até o dia 30 de setembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Deputado João D’Abreu, em Palmas, aos 31 dias do mês de outubro de 2017, 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

Deputado MAURO CARLESSE

Presidente

Deputado **CLEITON CARDOSO** Deputado **NILTON FRANCO**
1º Secretário Substituto 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 167/2017

Disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 33, de 10 de maio de 2017 que “Altera os arts. 1º e 6º da Lei 2.327, de 30 de março de 2010, que institui a Produtividade por Desempenho de Atividade Administrativo-Fazendária – PDAAF aos servidores administrativos lotados na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins”, conforme disposto no art. 200 da Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Consideram-se válidos e perfeitos, para todos os efeitos legais, as relações jurídicas e os atos administrativos efetivados durante a vigência da Medida Provisória nº 33, de 10 de maio de 2017, que “Altera os arts. 1º e 6º da Lei 2.327, de 30 de março de 2010, que institui a Produtividade por Desempenho de Atividade Administrativo-Fazendária – PDAAF aos servidores administrativos lotados na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins”, mantidos os efeitos dela decorrentes até o dia 30 de setembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Deputado João D’Abreu, em Palmas, aos 31 dias do mês de outubro de 2017, 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

Deputado MAURO CARLESSE

Presidente

Deputado **CLEITON CARDOSO** Deputado **NILTON FRANCO**
1º Secretário Substituto 2º Secretário

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Décima Oitava Reunião Ordinária

29 de agosto de 2017

Às quatorze horas do dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Alan Barbiero, Olyntho Neto, Toinho Andrade e da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco. Estava ausente o Senhor Deputado José Augusto. O Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que foram lidas e aprovadas pelos Membros presentes. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. A Deputada Valderez Castelo Branco devolveu os Processos números: 127/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “Altera a Lei nº 2.208, de 12 de dezembro de 2013 e adota outras providências”; 134/2017, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “Dispõe sobre a Criação do Cartão Estadual de Estacionamento para Idosos no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e 178/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Miranorte o uso da área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”. O Deputado Toinho Andrade devolveu os Processos números: 145/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Institui o dia 22 de julho como o Dia da Paz e da Concórdia”; e 155/2017, de autoria da Defensoria Pública do Estado, que “Dispõe sobre a alteração de artigos da Lei nº 2.252, de 16 de dezembro de 2009, e adota outras providências”. O Deputado Alan Barbiero devolveu os Processos números: 83/2017, de autoria da Deputada Valderez Castelo Branco, que “Obriga as farmácias e drogarias do Estado do Tocantins a manter recipientes para a coleta de medicamentos, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos, deteriorados ou com prazo de validade expirado, e dá outras providências”; e 153/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Institui as Unidades Escolares Indígenas que especifica”. Na Ordem do Dia, após leitura e deliberação dos pareceres dos respectivos relatores, os Processos números: 127/2017 e 134/2017 foram aprovados e encaminhados ao Arquivo. Os Processos números: 145/2017, 153/2017 e 178/2017 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, sendo que o Processo número 145/2015 foi aprovado com substitutivo apresentado pelo relator, Deputado Toinho Andrade. O Processo número 83/2017 teve o parecer do relator rejeitado, com votos contrários ao referido parecer do Deputado Toinho Andrade e da Deputada Valderez Castelo Branco; e voto favorável do relator, Deputado Alan Barbiero. O Senhor Presidente solicitou vista, pelo prazo regimental, do Processo número 155/2017 e, em seguida, encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Décima Nona Reunião Ordinária

19 de setembro de 2017

Às quatorze horas do dia dezenove de setembro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e

Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Olyntho Neto, Valdemar Júnior e da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Alan Barbiero e Toinho Andrade. O Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, por falta de quórum, foram transferidas para a Reunião subsequente. No Expediente, foi lido ofício de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, Líder do PMDB, indicando ao Senhor Presidente deste Poder, Deputado Mauro Carlesse, a recomposição da presente Comissão pelos seguintes Membros: Deputado Valdemar Júnior e Deputado Rocha Miranda, respectivamente titular e suplente. Na Distribuição de Matérias, o Senhor Presidente avocou a relatoria dos Processos números: 115/2017, de autoria do Tribunal de Justiça, que “Disciplina o uso dos termos cartório e cartório extrajudicial no âmbito do Estado do Tocantins”; 180/2017, de autoria do Deputado Mauro Carlesse, que “Altera a Lei nº 1.307, de 22 de março de 2002, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e adota outras providências”; e 181/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Dá nova redação ao inciso II do art. 2º da Lei 1.173, de 02 de agosto de 2000, que autoriza a redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nas operações que especifica”. O Deputado Alan Barbiero foi nomeado relator dos Processos números: 184/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “Institui o Cadastro para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing, e dá outras providências”; 185/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “Altera a Lei nº 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica”; 193/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de postos de atendimento e emergência da saúde do Estado do Tocantins, por meio dos seus servidores, informar ao Juizado de Infância e Juventude, Conselhos do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outras previstas em lei atendimentos de crianças, adolescentes e idosos que apresentem indícios de maus-tratos e violência”; 195/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Objetiva garantir às gestantes de alto risco internamento em hospitais da rede privada, com custeio pelo Estado, para o caso de constatada falta de leitos em hospitais da rede pública e de se tratar de deslocamento igual ou superior a 200 quilômetros”; 197/2017, de autoria da Deputada Valderez Castelo Branco, que “Institui no Estado do Tocantins a possibilidade de celebração de convênios com instituições operadoras de cartão de crédito para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA em até 10 (dez) parcelas e dá outras providências”; 201/2017, de autoria do Deputado Valdemar Júnior, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Projeto Restituindo Vidas”; 204/2017, de autoria do Deputado José Augusto, que “Dispõe sobre a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais utilizados por igrejas e templos de qualquer culto”; 211/2017, de autoria do Deputado Zé Roberto, que “Estabelece prioridade na tramitação dos processos administrativos em que figurem como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou com doenças grave”; e 212/2017, de autoria do Deputado Zé Roberto, que “Dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho para as mulheres que já sofreram algum tipo de violência doméstica e familiar, em empresas contratadas como prestadoras de serviços para o Poder Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”. O Deputado José Augusto foi nomeado relator dos Processos números: 188/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “Concede Título de Cidadão

Tocantinense ao Senhor João Agripino da Costa Dória Júnior”; 194/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Dispõe sobre a autorização da prestação de auxílio e amparo religioso em todas as entidades hospitalares da rede pública ou particular, bem como em qualquer estabelecimento em que se encontrem pessoas enfermas ou com restrição de liberdade no Estado do Tocantins”; 196/2017, de autoria da Deputada Valdez Castelo Branco: “É Concedido Título de Cidadão Tocantinense ao atleta Ronielson Andrade de Oliveira”; e 210/2017, de autoria do Deputado Zé Roberto, que “Dispõe sobre incentivos à implantação de Sistemas de Produção Agroecológica pelos agricultores familiares no Estado do Tocantins”. O Deputado Toinho Andrade foi nomeado relator dos Processos números: 187/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “Altera a Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que institui o Código Tributário do Estado do Tocantins, para conceder isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA a pessoas em tratamento de câncer na rede pública de saúde”; 190/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Dispõe sobre a divulgação do nome completo do médico, número do registro profissional, especialidade, bem como o nome dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pela chefia de plantão, além dos dias e horários dos plantões médicos, nas entradas principais e de acesso ao público dos hospitais, unidades de saúde, pronto-socorros e ambulatórios e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) localizadas no Estado do Tocantins”; 192/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Dispõe sobre a não obrigatoriedade de entrega e/ou apresentação de cópia autenticada de documentos emitidos no país para acesso pessoal ao atendimento e prestação de serviços públicos aos cidadãos usuários”; 199/2017, de autoria da Deputada Amália Santana, que “Institui a Semana de Incentivo à Adoção Tardia no Estado do Tocantins”; 200/2017, de autoria do Deputado Valdemar Júnior, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Casco de Canoa dos Pequenos Produtores Rurais de Rio dos Bois”; 206/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Institui a Carta de Serviços da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins e dá outras providências”; e 213/2017, de autoria da Deputada Valdez Castelo Branco, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Educacional, Cultura e Desporto do Tocantins - Adecins, na cidade de Aragominas”. A Deputada Valdez Castelo Branco foi nomeada relatora dos Processos números: 183/2017, de autoria da Deputada Solange Duailibe, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Cidadania Ecovida, com sede em Axixá do Tocantins”; 186/2017, de autoria do Deputado Rocha Miranda, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de viaturas operacionais com blindagem para uso das Polícias Militar e Civil do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 189/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “Estabelece a obrigatoriedade de serem implantadas unidades do Colégio da Polícia Militar nos municípios do Estado do Tocantins que possuam Batalhões ou Companhias Independentes de Polícia Militar”; 191/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Dispõe sobre a Inclusão do tipo sanguíneo na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 198/2017, de autoria do Deputado José Bonifácio, que “Modifica a Lei nº 2.959, de 18 de junho de 2015, em seu artigo 3º, Inciso III A § 1º E 4º, que dispõe sobre critérios de distribuição das parcelas municipais do ICMS, e adota outras providências, para uma melhor adequação, agilidade e praticidade na sua aplicação”; 203/2017, de autoria do Deputado Nilton Franco, que “Institui o Dia do Auditor Fiscal da Receita Estadual do Tocantins”; e 205/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Dispõe sobre a implantação da Carta de Serviços ao Cidadão em todos os órgãos públicos estaduais no Estado do Tocantins”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. A

Deputada Valdez Castelo Branco devolveu os Processos números: 39/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios disporem em local único específico e com destaque os produtos destinados aos indivíduos celíacos, diabéticos e com intolerância a lactose”; 137/2017, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “Dispõe sobre a destinação de veículos automotores apreendidos, removidos, depositados ou abandonados em pátios de retenção públicos ou privados e demais estabelecimentos ou propriedades, com ou sem identificação, sem qualquer interesse de órgãos, entidades públicas ou privadas, bem como de seus proprietários”; e 173/2016, de autoria do Governador do Estado, que “Veta Integralmente o Autógrafo de Lei nº 03, de 15 de março de 2016”, o qual estava com vista. A Deputada Valdez Castelo Branco ainda devolveu os Processos números: 64/2017, de autoria do Deputado Alan Barbiero, que “Dispõe sobre a humanização da assistência a mulher e a criança durante o ciclo gravídico-puerperal no Estado do Tocantins”; 69/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “Obriga as concessionárias de serviço público de energia elétrica a disponibilizarem o valor mensal repassado às prefeituras, a título de contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - Cosp, no âmbito do Estado do Tocantins”, relatados pelo Deputado Toinho Andrade; 29/2017, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “Proíbe emprego de substâncias ou medicamentos em animais destinados a competição, e adota outras providências”, relatado pelo Deputado Rocha Miranda; 81/2017, de autoria do Deputado Zé Roberto, que “Assegura ao aluno diabético cardápio de alimentação escolar especial, adaptado à respectiva condição de saúde”; e 171/2017, de autoria do Deputado Valdemar Júnior, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Moisés Nogueira Avelino”, relatados pelo Deputado José Augusto; 90/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “Institui nas escolas públicas e particulares de ensino do Estado do Tocantins programa que orientem e incentivem aos alunos uma alimentação saudável”; e 165/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “Dispõe sobre a isenção da carga tributária do ICMS sobre equipamentos de adequação, acessibilidade e locomoção para pessoas com deficiência físicas, mentais e visuais no âmbito do Estado do Tocantins”, relatados pelo Deputado Alan Barbiero. Ainda foi devolvido o Processo número 155/2017, de autoria da Defensoria Pública do Estado, que “Dispõe sobre a alteração de artigos da Lei nº 2.252, de 16 de dezembro de 2009, e adota outras providências”, que estava com vista ao Deputado Olyntho Neto. Não havendo quórum para deliberação da Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de dez minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Vigésima Reunião Ordinária
3 de outubro de 2017

Às quatorze horas do dia três de outubro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença do Senhor Deputado Olyntho Neto e da Senhora Deputada Valdez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Alan Barbiero, Valdemar Júnior e Toinho Andrade. O Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, por falta de quórum, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição

de Matérias e o Senhor Presidente avocou a relatoria do Processo número 94/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Altera os artigos 1º e 6º da Lei nº 2.327, de 30 de março de 2010, que Institui a Produtividade por Desempenho de Atividade Administrativa-Fazendária – PDAAF, aos servidores administrativos lotados na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins”. O Deputado Toinho Andrade foi nomeado relator dos Processos números: 107/2017, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “Altera os artigos 92 e 93 da Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997”; 217/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a alienar, mediante permuta, os lotes de terras que especifica e adota outras providências”; e 230/2017, de autoria do Deputado Valdemar Júnior, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Michel Miguel Elias Temer Lulia”. O Deputado Valdemar Júnior foi nomeado relator do Processo número 161/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Altera o anexo II da Lei nº 3.177, de 28 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2017 e adota outras providências”. O Deputado Alan Barbiero foi nomeado relator dos Processos números: 202/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “Regulamenta o art. 78 da Constituição Estadual para estabelecer normas suplementares de finanças públicas”; 231/2017, de autoria do Deputado Valdemar Júnior, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Marx Beltrão Lima Siqueira”; e 232/2017, de autoria do Deputado Valdemar Júnior, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Válder Cassimiro Silveira”. A Deputada Valdevez Castelo

Branco foi nomeada relatora dos Processos números: 228/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Dispõe sobre o procedimento obrigatório de identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras de compra e venda de imóveis no Estado do Tocantins”; e 229/2017, de autoria do Deputado Valdemar Júnior, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Maurício Quintela Malta Lessa”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Olyntho Neto devolveu o Processo número 104/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Altera a Lei nº 3.177 de 28 de dezembro de 2016 que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2017, e adota outras providências”; e também os relatados do Deputado Toinho Andrade, Processos números: 52/2017, de autoria pelo Deputado Alan Barbiero, que “Susta os efeitos da Portaria Sefaz nº 230, de 18 de março de 2016, que regulamenta a denegação da autorização de uso e recebimento de documentos fiscais eletrônicos no Estado do Tocantins”; e 179/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “Dá a denominação de Édson Carlos Alves da Rocha, “Edson da Van”, à Rodovia TO-424, que liga o Trevo da TO-222 ao Município de Babaçulândia”. A Deputada Valdevez Castelo Branco devolveu o Processo número 214/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Dispõe sobre a Criação do Dia Estadual da Profissional Doula no Estado do Tocantins”. Não havendo quórum para deliberação da Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

Alan Barbiero (PSB-Suplente)

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Cleiton Cardoso (PSL)

Eduardo do Dertins (PPS)

Eduardo Siqueira Campos (DEM)

Elenil da Penha (PMDB)

Eli Borges (PROS)

Jorge Frederico (PSC)

José Augusto (Suplente)

José Bonifácio (PR)

Júnior Evangelista (PSC)

Luana Ribeiro (PDT)

Mauro Carlesse (PHS)

Nilton Franco (PMDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Osires Damaso (PSC)

Paulo Mourão (PT)

Ricardo Ayres (PSB - Licenciado)

Rocha Miranda (PMDB - Licenciado)

Toinho Andrade (PSD)

Valdemar Júnior (PMDB)

Valdevez Castelo Branco (PP)

Vilmar de Oliveira (SD)

Wanderlei Barbosa (SD)

Zé Roberto (PT)